

# SEMINÁRIO SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

## CAOs de Defesa do Meio Ambiente (Caoma) e da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

Os auditórios do Ministério Público sediaram nessa sexta-feira (31) o Seminário sobre Regularização Fundiária, promovido pelos CAOs de Defesa do Meio Ambiente (Caoma) e da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias (Caourb) com o apoio do CEAf. O evento debateu a roteirização de inquérito civil, o registro de imóveis e reservas legais.

Durante a abertura, que teve a presença do Suprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Eduardo de Lima Veiga, e da Ouvidora-Geral do Ministério Público, Jussara Maria Lahude Ritter, a coordenadora do Caourb, Isabel Bidigaray, destacou o caráter informal do seminário e a proposta de sanar as dúvidas dos presentes.



O primeiro palestrante do evento, Robertson Fonseca de Azevedo, Promotor de Justiça e Assessor do CAO do Meio Ambiente do MP do Estado do Paraná, foi apresentado pelo coordenador do Caoma, Alexandre Saltz. Azevedo abordou "A atuação do Ministério Público na implementação das reservas legais".

Exibindo gráficos com as mudanças na vegetação do Paraná ao longo do tempo, o Promotor falou da necessidade de alteração no conceito de Meio Ambiente para que se criem as reservas. "É preciso mudar o pensamento de que Meio Ambiente é floresta. No pampa gaúcho, por exemplo, se planta e parece que não tem que regularizar, porque não se vai cortar nada, não sai material lenhoso", afirmou.

Azevedo explicou que as Promotorias ambientais do Paraná estão utilizando ações penais como novo instrumento para resolver questões da área, devido à demora em se conseguir resultados com ações civis públicas. O palestrante abordou ainda a questão histórica da procura pela terra fértil paranaense no início do século passado, e o inchaço urbano provocado pelo fim do ciclo do café.

Em seguida, foi a vez de João Pedro Lamana Paiva, Registrador Imobiliário e vice-presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, falar sobre os aspectos práticos do registro de imóveis. Paiva analisou a Lei 6.766/79 e o Provimento nº 28/04 da CGJ – "More Legal III".

### TARDE DE DISCUSSÕES

A parte da tarde foi dedicada à discussão sobre o Roteiro de Inquérito Civil que trata do parcelamento do solo urbano, elaborado pelo Caourb. De acordo com a Promotora de Justiça Isabel Bidigaray, que coordenou o debate, a intenção do roteiro é padronizar a atuação das Promotorias em matéria de regularização fundiária.

Os Promotores expressaram sugestões e votaram pela inclusão ou alteração de dados no roteiro. Eles discutiram pontos de processos como a portaria de instauração do inquérito civil, a instrução do inquérito civil e a atuação dos Órgãos de Execução. O Procurador-Geral de Justiça, Mauro Renner, encerrou o evento, agradecendo a participação dos Promotores no debate.